

Eleição não mudará rumo da política econômica

Secretário diz que governo não irá modificar ritmo da condução econômica por causa das eleições de 98

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — A política econômica não será alterada com a proximidade das eleições de 1998, disse ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. "Não haverá nenhuma modificação, serão zero as modificações na política econômica", insistiu o secretário.

Ele afastou a possibilidade de, por recomendação do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Fazenda alterar os rumos do Plano Real para assegurar a reeleição do presidente.

"Nunca houve nenhum pedido para que se introduza qualquer novo elemento na política econômica", disse.

"O governo tem uma estratégia consistente que não muda e a política que está em torno também não muda por ser um ano eleitoral."

Mendonça de Barros reuniu jornalistas ontem para uma conversa informal em que reafirmou a "estratégia consistente" do governo. "Quem separar o joio do trigo sabe que a estratégia segue inalterada", disse.

Ele citou as ações do governo no sentido de avançar no ajuste fiscal (controle de gastos), elevar o nível de investimentos produtivos e o arsenal de instrumentos que garantam aumento das exportações e maior competitividade no mercado doméstico com os produtos importados.

Mendonça de Barros chamou atenção para o fato de que o País mantém a tranquilidade no financiamento do balanço

de pagamentos, onde o item mais vulnerável são as chamadas transações correntes, resultado das trocas comerciais e de serviços no exterior.

O secretário não escondeu que essa estratégia traz embutido "um risco de travessia" e, em abril, criou "ansiedade exacerbada" na defesa de uma maxidesvalorização do real por parte de "pessoas expressivas".

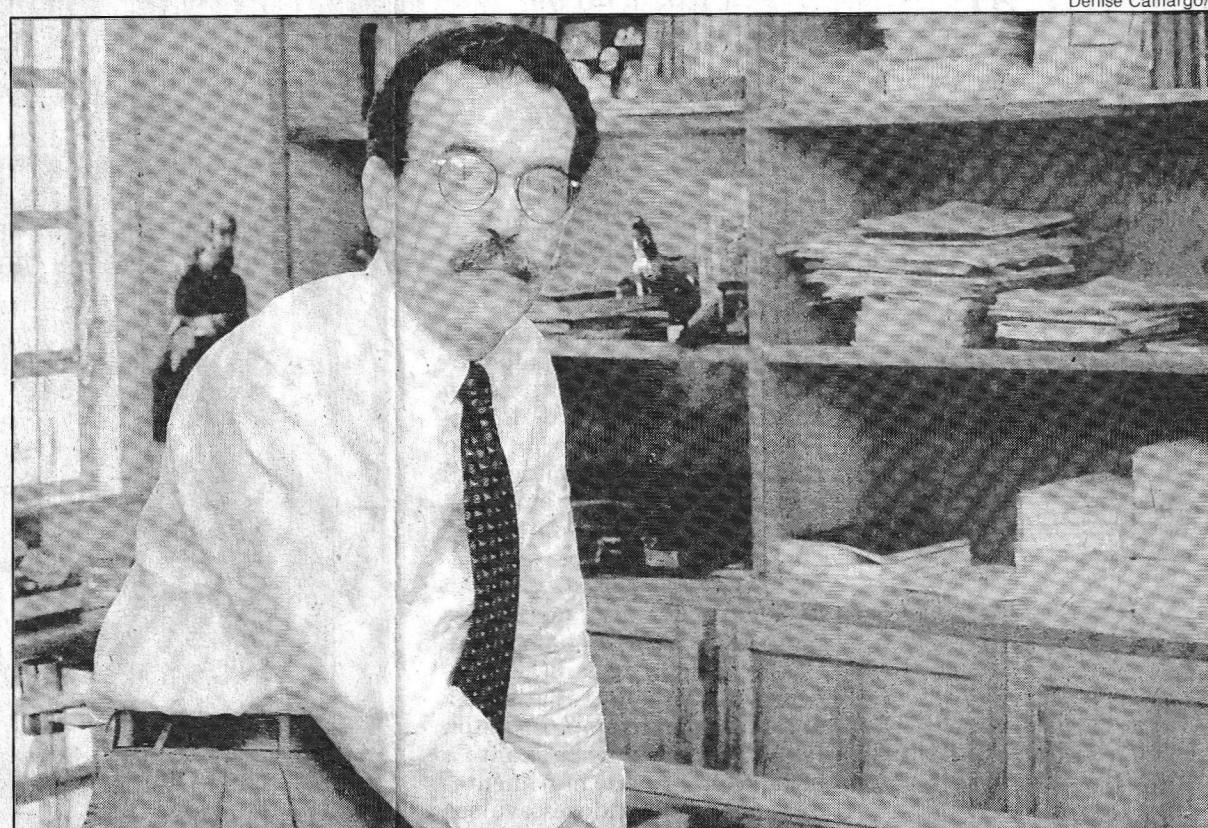
"Hoje, ninguém mais fala disso", afirmou. Mendonça de Barros afirmou que o governo seguirá seus passos pelo mesmo caminho que trilhou até agora. "Perseguimos o crescimento sustentado da economia e o aumento da renda nacional sem fazer maxi", disse.

O crescimento econômico será impulsionado, na sua avaliação, pelos setores agrícola e de construção civil. Não se trata, como ocorreu em 1993, de um aquecimento econômico puxado pelo aumento do consumo. "Dessa vez, a economia cresce e

comporta um consumo maior", explicou. A estabilização da economia não deve ser interpretada, ponderou Mendonça de Barros, somente como o controle da inflação. "Estabilização não significa, apenas, inflação baixa", sustentou.

Mendonça de Barros também descartou a hipótese de um agravamento do quadro macroeconômico no caso de uma frustração da aprovação das reformas estruturais, como a da Previdência Social e a administrativa. "Não é uma novidade que as reformas têm um impacto fiscal pequeno no curto prazo." Disse que também não se pode considerar que se as reformas não forem aprovadas o País terá limitado seu crescimento nos próximos dois anos. "O País deixar de crescer não depende de muitos outros fatores, além das reformas."

ECONOMIA
COMPORTA
CONSUMO
MAIOR



Denise Camargo/AE

José Roberto Mendonça de Barros: "Hoje, ninguém mais fala em maxidesvalorização do real"